

29/03/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 133.226 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: MARCO ROBERTO SILVA
ADV.(A/S)	: FÁBIO SANTOS DA SILVA
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO. ATESTADO MÉDICO. EMPREGADO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.

1. Na linha de entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, a aferição da insignificância como requisito negativo da tipicidade envolve um juízo de tipicidade conglobante, muito mais abrangente que a simples expressão do resultado da conduta. Importa investigar o desvalor da ação criminosa em seu sentido amplo, de modo a impedir que, a pretexto da insignificância apenas do resultado material, acabe desvirtuado o objetivo a que visou o legislador quando formulou a tipificação legal.

2. A falsificação de documento, delito imputado ao paciente, é figura típica cuja objetividade jurídico-penal abrange o risco de dano à fé pública, com a circulação de documento inautêntico, exprimindo realidade fictícia, capaz de ludibriar a confiança de pessoas nele interessadas.

3. No caso, o agravante foi denunciado por alterar informação constante de atestado médico em detrimento da empresa pública com a qual mantinha vínculo, se distanciando dos deveres do cargo que exercia. Nesse contexto, revela-se reprovável a conduta, impossibilitando a incidência do denominado princípio da insignificância.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do

HC 133226 AGR / SP

Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

Brasília, 29 de março de 2016.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

29/03/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 133.226 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: MARCO ROBERTO SILVA
ADV.(A/S)	: FÁBIO SANTOS DA SILVA
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento a *habeas corpus* ao fundamento da não aplicabilidade ao caso do princípio da insignificância.

Neste recurso, o agravante insiste que a ação penal instaurada contra o agravante não merece prosseguir, dada a inexpressividade da lesão ao bem jurídico protegido, pois “o réu já sofreu punições de outra natureza, uma vez que a própria denúncia dá conta de que (...) foi demitido por justa causa”, de modo que “os dias de ausência do empregado ao serviço constantes do referido atestado foram descontados do empregado, ou seja, não houve prejuízo algum para a ECT e para a fé pública”. Requer, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do agravo regimental para fins de se determinar o prosseguimento da ação constitucional de *habeas corpus*.

É o relatório.

29/03/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 133.226 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

1. O agravo regimental não merece prosperar, pois a ausência de qualquer subsídio trazido pela parte agravante, capaz de alterar os fundamentos da decisão ora agravada, faz subsistir incólume o entendimento nela firmado. Portanto, não há falar em reparos na decisão, pelo que se reafirma o seu teor:

“1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça proferido no RHC 64.292/SP. Consta dos autos, em síntese, que (a) o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime de falsificação de documento (art. 298 do Código Penal), tendo sido recebida a denúncia pelo Juízo de primeiro grau; (b) inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que lhe denegou a ordem; (c) após, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso ordinário interposto, em acórdão assim ementado, no que importa:

“(...) 2. *In casu*, o réu alterou a data limite de atestado médico, emitido em seu favor, quando da apresentação ao seu empregador, a Empresa de Correios e Telégrafos, conduta que não é insignificante, consoante o entendimento desta Corte, a demonstrar um plus de reprovabilidade suficiente para ensejar a tipicidade material, não havendo como reconhecer o caráter bagatelar do comportamento imputado, pois a afetação do bem jurídico tutelado não se mostra ínfima.

3. *Em se tratando da imputação relativa ao artigo 298 do Código Penal, este Areópago firmou entendimento no sentido de que não se aplica o princípio da insignificância ao crime contra a fé pública, uma vez que o bem jurídico protegido envolve a credibilidade, a confiança das pessoas na autenticidade documental e a preservação da fé pública nos documentos*

HC 133226 AGR / SP

particulares.

4. Recurso a que se nega provimento”.

Nesta ação constitucional, o impetrante insiste, em suma, na possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista a inexpressividade da lesão provocada pela conduta do paciente e a inoccorrência de prejuízo financeiro, pois a ausência ao trabalho relativa ao dia constante da rasura no atestado médico foi descontada de seu salário. Requer, ao final, a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal com esteio no princípio da insignificância.

2. Na linha de entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, a aferição da insignificância como requisito negativo da tipicidade envolve um juízo de tipicidade conglobante, muito mais abrangente que a simples expressão do resultado da conduta. Importa investigar o desvalor da ação criminosa em seu sentido amplo, de modo a impedir que, a pretexto da insignificância apenas do resultado material, acabe desvirtuado o objetivo a que visou o legislador quando formulou a tipificação legal. Assim, há de se considerar que a insignificância só pode surgir à luz da finalidade geral que dá sentido à ordem normativa (Zaffaroni), levando em conta também que o próprio legislador já considerou hipóteses de irrelevância penal, por ele erigidas, não para excluir a tipicidade, mas para mitigar a pena ou a persecução penal (cf. HC 123108, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, Dje de 01-02-2016; HC 123108, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, Dje de 01-02-2016).

3. Realmente, por menor que possa ter sido o resultado da conduta, a definição da insignificância não descarta a análise dos elementos do tipo penal. A falsificação de documento particular, delito aqui imputado ao paciente, é figura típica cuja objetividade jurídico-penal abrange o risco de dano à fé pública, com a circulação de documento inautêntico, exprimindo

HC 133226 AGR / SP

realidade fictícia, capaz de ludibriar a confiança de pessoas nele interessadas (cf. Luiz Regis Prado. *Comentários ao Código Penal*. 10ª ed., p. 1005). O presente caso revela, ainda, outro aspecto desfavorável acerca da reprovabilidade da conduta do paciente, pois, na qualidade de empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, logrou alterar informação constante do atestado médico para auferir dia de folga a que não fazia jus, em detrimento da empresa pública com a qual mantinha vínculo, se distanciando dos deveres do cargo que exercia. Como bem salientou o STJ, a conduta do paciente desafiou “a fé pública, uma vez que o bem jurídico protegido envolve a credibilidade, a confiança das pessoas na autenticidade documental e a preservação da fé pública nos documentos particulares”.

4. Portanto, considerando a ofensividade a interesses caros ao Estado é que, no particular, revela-se reprovável a conduta do paciente, impossibilitando a incidência do denominado princípio da insignificância. Em casos semelhantes, essa foi a compreensão desta Suprema Corte, como se observa dos reiterados precedentes:

“Habeas corpus. 2. Crime de falsificação de documento público (art. 311 do CPM). Atestado médico apresentado para justificar ausência ao serviço. 3. Atipicidade da conduta. Falsificação grosseira. Documento que iludiu a pessoa responsável pelo setor de recebimento de dispensas médicas. 4. Princípio da insignificância. Não aplicação aos crimes contra a fé pública. Precedentes do STF. 5. Ordem denegada” (HC 117.638/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, Dje 28/32014).

“HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. POLICIAL MILITAR RODOVIÁRIO NA RESERVA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ELEVADA REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ORDEM

HC 133226 AGR / SP

DENEGADA. 1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando não só o valor do dano decorrente do crime, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada. 2. O pequeno valor da vantagem auferida é insuficiente para aplicação do princípio da insignificância ante a elevada reprovabilidade da conduta do militar da reserva que usa documento falso para não pagar passagem de ônibus. 3. Aos militares cabe a guarda da lei e da ordem, competindo-lhes o papel de guardiões da estabilidade, a serviço do direito e da paz social, razão pela qual deles se espera, ainda que na reserva, conduta exemplar para o restante da sociedade, o que não se verificou na espécie. 4. Ordem denegada” (HC 108.884/RS, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 27/6/2012).

5. Ante o exposto, nego seguimento ao pedido”.

2. Pelo exposto, nego provimento ao agravo regimental. É o voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 133.226

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

AGTE.(S) : MARCO ROBERTO SILVA

ADV.(A/S) : FÁBIO SANTOS DA SILVA (190202/SP)

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.3.2016.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão a Senhora Ministra Cármen Lúcia e o Senhor Ministro Teori Zavascki. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, em face da participação no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, promovido pela Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público (EDB/IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), realizado em Portugal.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ravena Siqueira
Secretária